

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 772
Data: 01.10.83 Pg.: _____

Militares esperam cassação de Juruna

190
Da sucursal de BRASÍLIA

"A medida mais séria que se pode esperar é a perda de mandato do deputado Mário Juruna" — afirmou ontem o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general-de-brigada Octávio Luiz Rezende, devidamente autorizado pelo ministro Walter Pires. Segundo Rezende, o ministro, tão logo tomou conhecimento das declarações de Juruna, mandou estudar o problema e decidiu, em seguida, encaminhar o pedido ao presidente da Câmara. "Quem faz um aviso só pode esperar medida séria" — frisou o militar.

Ontem, o general Rezende convocou os jornalistas para explicar que o Exército espera que o Legislativo tome as providências solicitadas ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, pelo ministro Pires. Depois de observar que "não se trata de um caso de um índio, mas sim de um deputado brasileiro", o general Rezende leu alguns trechos do pedido. O ministro manifesta "o repúdio do Ministério do Exército a esta agressão gratuita, insolta e criminosa do citado parlamentar", acrescentando: "Venho por meio desta solicitar, de seu discernimento, as providências legais que se fazem necessárias, em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os Poderes da República".

Também ontem foi divulgado pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Waldir Vasconcelos, os termos do aviso que encaminhou ao deputado Flávio Marçílio: "Tenho a honra de me dirigir a v. exa. para solicitar as providências que entender cabíveis, quanto ao discurso proferido, dia 26 de setembro, na tribuna da Câmara dos Deputados, pelo deputado Mário Juruna, com expressões altamente ofensivas às autoridades constituídas e, indistintamente, a todos os ministros de Estado. Devo esclarecer que, por estar ausente de Brasília naquela ocasião, permiti-me enviar a v. exa. um telex relativo ao assunto".

SAÚDE
Por sua vez, o ministro interino da Saúde, Mozart de Abreu e Lima, revelou que, quinta-feira, encaminhou solicitação a Marçílio pedindo a punição que o presidente da Câmara julgar conveniente para o deputado Juruna. Mozart de Abreu e Lima disse que tomou essa decisão sem atender a nenhuma orientação do Palácio do Planalto, por entender que o ministro Waldyr Aroverde — que está em Washington participando da reunião da Organização Pan-Americana de Saúde — estava "arrastado no rol" da denúncia do deputado. Mas observou não saber que tipo de punição deve ser aplicado ao deputado. Segundo ele, esse assunto não é de sua alçada, mas do Parlamento.

"Tenho apenas que reclamar sobre a linguagem usada por um parlamentar, que foi ofensiva ao presidente da República e aos ministros de Estado" — concluiu.

Almirante pede respeito ao Congresso

Da sucursal de BRASÍLIA

O almirante Júlio de Sá Bierrenbach, ministro do Superior Tribunal Militar, disse ontem que, seja qual for a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados sobre o "caso Juruna", ela deve ser respeitada, porque o Congresso Nacional é soberano para decidir dentro de sua competência constitucional. Bierrenbach não quis entrar no mérito da questão, sobre se foi ou não problema de dificuldade de expressão, alegando que "o assunto deve ser tratado a nível de Poder Legislativo e Executivo".

O ministro ressaltou que o assunto não chegou à esfera do Poder Judiciário e que qualquer manifestação sua a respeito do caso pode significar uma ingerência em questões dos outros Poderes. Acentuou ainda o ministro que a Câmara dos Deputados dispõe de instrumentos para decidir sobre o assunto, "e a sua decisão deve ser respeitada pelos demais Poderes da República".

Já o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, afirmou que o governo está agindo no caso de Juruna dentro das normas que lhe faculta a Constituição. Acrescentou que o problema está agora entregue à Mesa da Câmara, que se deverá pronunciar oportunamente. O assessor palaciano esclareceu que mesmo diante de afirmações de que o governo exige a aplicação da pena de perda de mandato do parlamentar, como foi observado pelo porta-voz do Ministério do Exército, general Otávio Rezende, "o termo 'exige' deve ser entendido dentro do contexto constitucional".

Átila não quis comentar a possibilidade de a Mesa não aplicar a pena máxima ao deputado, optando no caso por uma censura pública ou um pedido de desculpas.

Do serviço local e da sucursal

O presidente do PMDB paulista, senador Fernando Henrique Cardoso, advertiu ontem para o que chamou de "escalada em direção ao fechamento" por parte do governo federal, identificando a existência de "um processo de rota de colisão" entre o Legislativo e o Executivo.

"Os sinais — disse o senador — são evidentes. O governo invoca a Constituição para pedir a cassação de Mário Juruna, quando poderia basear-se no Regimento Interno da Câmara para a aplicação de uma pena mais leve. E é absolutamente certo que o Congresso não concordará com a cassação. Ao mesmo tempo, o presidente João Figueiredo diz em São Paulo, diante de empresários que exigiam mudanças, que não alterará a política econômica, e o ministro Delfim Netto acusa de vagabun-



Octávio Rezende diz que aviso de ministro é coisa séria e pede punição de Juruna

Andreazza nega ter pedido processo

Do correspondente e da sucursal

O ministro do Interior, Mário Andreazza, negou ontem em São Luís que tenha autorizado qualquer processo contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ofensas aos ministros de Estado, argumentando que o problema não envolve o seu Ministério e nem mesmo a Funai, enquanto no Rio o ministro Cloraldino Severo, dos Transportes, admitia a possibilidade de retiar o pedido de punição, caso o parlamentar se retrate das acusações feitas durante discurso na Câmara dos Deputados.

Cloraldino Severo afirmou que vai aguardar os acontecimentos e que não pode fazer julgamentos sobre as intenções de Mário Juruna. "O fato é que um deputado, perante todo o Brasil, disse que os ministros são corruptos. E o que cabe fazer quando dizem que você é corrupto? Como é que você chega a sua casa, enfrenta

seus filhos e amigos? Se alguém faz uma acusação e ela é pública, cabe à pessoa se retratar satisfatoriamente ou então a Justiça definirá se ela está ou não certa no que declarou", enfatizou o ministro dos Transportes.

Para o ministro, "é preciso que se acabe, no Brasil, com a irresponsabilidade das acusações sem provas", já que "isso cria nos brasileiros uma impressão de corrupção generalizada, de mar de lama. Nós estamos cansados de ver, ao longo da História desse país, homens acusados de corrupção passando por sérias dificuldades econômicas para se manterem, no futuro".

Cloraldino afirmou, finalmente, que o problema não o está preocupando, e que não tem mantido contato com outros ministros sobre o assunto, "pois acho que o que cabia fazer, foi feito: esperamos que o Congresso Nacional, dentro das responsabilidades que tem, tome as providências necessárias ao caso. Depois,

em função dessa decisão, nós sabemos que caminhos seguir".

Já o ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, mostrou-se solidário com os demais ministros. Disse que enviou, de Parnaíba, no Piauí, um telex neste sentido, colocando-se a favor do pedido de cassação.

TANCREDO

O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), não tem a mesma opinião dos ministros, preferindo achar que "estão dando muita importância ao que ele disse. É preciso levar em consideração que o vocábulo do deputado, em português, é muito pequeno, e o valor de suas palavras não tem o mesmo sentido para nós. Não sei se a Câmara vai cassá-lo ou não — não posso fazer previsões — mas é preciso considerar esse aspecto. Nós temos um quadro de referência e Juruna tem outro".

Marcílio diz que não aceita pressão

Da sucursal de BRASÍLIA

"A Câmara examinará o caso com a seriedade e a atenção que os ministros merecem, mas não agrá ao seu prestígio." A afirmação foi feita pelo presidente da Câmara, Flávio Marçílio, falando pelo telefone de Fortaleza, onde se encontra. Experiências parlamentares prevêm que a Mesa da Câmara deverá censurar, em sua reunião de segunda-feira, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por haver feito discurso considerado ofensivo pelos ministros de Estado e pelo presidente da República, no dia 26.

Até mesmo os representantes da oposição Walber Guimarães (PMDB-PR), Fernando Lyra (PMDB-PE), Francisco Studart (PTB-RJ) e Amaury Muller (PDT-RS) deverão concordar com uma sanção, a fim de evitar o confronto com o Poder Executivo.

Eles viram, com otimismo, parte das declarações do porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, qualificando o discurso de Juruna

como atentatório ao decoro parlamentar. "Ele qualificou o delito" — comentou um parlamentar lembrando que contra a falta de decoro há várias reações. Do acionamento da campanha à cassação de palavra do deputado, da suspensão da sessão à censura pública, tudo pode ser feito pelo presidente da sessão. Somente a suspensão do mandato ou sua cassação dependem do plenário e este muito dificilmente concordará com medidas extremas.

Falando, ontem ao telefone em Fortaleza, o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, a princípio não quis comentar o assunto: "Não posso dar opinião. Trata-se de um colega". Terminou observando: "Juruna se excede. Tanto que, antes de qualquer solicitação, eu já proibira a publicação do discurso, conforme o Regimento determina. O que se deve ter em vista é que ele precisa de quem lhe chame a atenção. Por isso tenho tido uma paciência enorme com ele".

O presidente da Câmara ressaltou, porém, que não se pode perder

de vista que ele é índio aculturado, relativamente incapaz, pelo Código Civil. "Só pode ser candidato porque não houve impugnação de sua candidatura. Tem de ser analisado pelo que significa. A Mesa vai examinar o caso como merecem os ministros, lembrando-se de que ele não tem a mesma noção de dever que nós temos. É relativamente incapaz, segundo o Código Civil", repetiu.

"Não tenho voto definido. Estou ouvindo o maior número de opiniões de colegas. O grande objetivo nosso deve ser decisão unânime da Mesa", ponderou o 1º vice-presidente, Paulino Cícero (PDS-MG).

"O Juruna é um deputado especial, que não conhece a língua portuguesa, e os ministros, por sua vez, não podem ser desrespeitados", observou o 2º vice-presidente, Walber Guimarães (PMDB-PR).

"Não vou antecipar meu voto, vou estudá-lo", argumentou, de Recife, o 1º secretário Fernando Lyra (PMDB-PE).

"A punição vai ser a mais suave, a da censura", previu o 2º secretário, Ary Kfuri (PDS-PR).

"O caso está criado", admite Curió

Da sucursal de BRASÍLIA

A posição do ministro Walter Pires, de não abrir mão da cassação do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), manifestada ontem pelo chefe de Comunicação Social do Exército, general Octávio Rezende, significa que "o caso está criado", segundo comentário do deputado Sebastião Curió (PDS-PA), a propósito da possibilidade de um confronto de poderes como o de 1968, quando o Congresso negou licença para processar o então deputado Márcio Moreira Alves e o desfecho foi AI-5.

Para Curió, "pode-se aceitar o sotaque xavante de Juruna, mas não se pode aceitar o que ele disse dos ministros, que estão, realmente, profundamente ofendidos". O deputado pedesista não se mostrou surpreso com a manifestação do Centro de Comunicação Social do Exército, pois "o ministro Walter Pires é homem de uma palavra só e não volta atrás".

José Fogaça (PMDB-RS), por sua vez, acredita que a obstinação do ministro do Exército é um indicio de que o governo, deliberadamente, está conduzindo o processo político para uma situação de impasse, "ao transformar um episódio menor em crise institucional de dimensão nacional e repercussão internacional". Ele entende que "é um absurdo utilizar o aparato da máquina do Estado e os requintes repressores para subjugar o filho mais ilustre de uma raça contra a qual vem sendo praticado um genocídio histórico".

Já o líder de plantão do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, disse que o comentário do general Octávio Rezende "é um pretexto para encerrar o debate no Legislativo". Ressaltou, entretanto, que "nenhum ministro é parte legítima para tanto", argumentando que o artigo 35, item II da Constituição, invocados pelos ministros, afirma que a perda do mandato de parlamentar deve ser declarada pela Câmara e pelo Senado "mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político".

Além disso, tanto a suspensão do mandato quanto a cassação de Juruna somente poderiam ser aplicadas por decisão majoritária do plenário em voto secreto, caso a Mesa decida que o deputado é culpado das acusações, conforme lembrou o 2º vice-presidente da Casa, Walber Guimarães (PMDB-PR). Desse modo, acrescentou, a única punição possível para Juruna, sem a intervenção do plenário, será a advertência. Quanto ao comunicado do general Octávio Rezende, Walber Guimarães acentuou que, como integrante da Mesa, vai votar de acordo com sua consciência: "Não aceito pressões de nenhuma espécie, nem do meu partido".

"IMPROVÁVEL"

O senador Marco Maciel (PDS-PE), no entanto, considera "bastante improvável" a cassação de Juruna, pois acredita que "tudo se processará dentro da lei" e, apesar das pressões do governo, "seja qual for a decisão do Congresso, ela será acatada".

Ainda no Senado, Hélio Gueiros (PMDB-PA) pediu ao governo que seja generoso e compreensivo com o deputado pedetista, levando em consideração que suas críticas aos ministros devem ser encaradas sobretudo do ponto de vista da linguagem e semântica usadas nas várias regiões do País. Mas essa argumentação, utilizada por diversos políticos para defender o cacique-deputado, mereceu reparos do presidente do PDS, senador José Sarney: "Se o Juruna não fala português e não tem capacidade legal, não pode ser deputado. Considero o deputado Mário Juruna um parlamentar igual aos outros, que, como tal, deve ser julgado pela Mesa da Câmara. O Congresso não pode ser lugar de bravatas nem de valentia".

O 1º vice-presidente da Câmara, Paulino Cícero (PMDB-MG), entretanto, foi evasivo ao comentar as declarações do general Octávio Rezende: "Entre a consideração devida ao deputado Mário Juruna e o respeito que nutre pelas autoridades constituídas, a Câmara agirá com muita competência política e ciosa de sua soberania".

Para o cacique-deputado, no entanto, o comunicado do Exército é incompreensível. "Deus é quem sabe", desabafou ele ontem na Câmara, perguntando aos jornalistas: "Por que essa ameaça contra mandato de Juruna?" Informou também que já recebeu muitas mensagens de solidariedade de nações indígenas e telegramas de autoridades da Holanda, Venezuela, Canadá e Peru.

Peemedebista teme "sinais de fechamento"

Do serviço local e da sucursal

O presidente do PMDB paulista, senador Fernando Henrique Cardoso, advertiu ontem para o que chamou de "escalada em direção ao fechamento" por parte do governo federal, identificando a existência de "um processo de rota de colisão" entre o Legislativo e o Executivo.

"Os sinais — disse o senador — são evidentes. O governo invoca a Constituição para pedir a cassação de Mário Juruna, quando poderia basear-se no Regimento Interno da Câmara para a aplicação de uma pena mais leve. E é absolutamente certo que o Congresso não concordará com a cassação. Ao mesmo tempo, o presidente João Figueiredo diz em São Paulo, diante de empresários que exigiam mudanças, que não alterará a política econômica, e o ministro Delfim Netto acusa de vagabun-

dos pessoas que falam como desempregados".

Na opinião de Fernando Henrique Cardoso, "tudo isso configura um quadro de pressão que não se justifica, absolutamente inadequado. Afinal, quando o presidente retornou de sua operação em Cleveland, havia um clima favorável a uma iniciativa conjunta para garantir a normalização democrática do País".

O dirigente do PMDB acredita que o episódio tem um motivo: "Em primeiro lugar, com essas iniciativas o governo tenta encobrir e evita responder as inúmeras acusações de negociatas e irregularidades denunciadas exaustivamente pela imprensa, com a divulgação de carta documentação. O governo, até aqui, limitou-se a calar. Por outro lado, ele tenta também ignorar a própria crise política dentro do PDS, cujo controle escapou do Palácio do Planalto". O deputado Del Bosco Amaral,

também do PMDB paulista, acredita "que indícios há sobre a existência de um grupo dentro do governo tentando um retrocesso institucional, para encobrir as falhas de seus projetos econômicos e a corrupção dos últimos anos, não se importando que, com suas atitudes, leve de roldão o próprio presidente".

Entre esses indícios, ele apontou "a fala intempestiva" do secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, de advertência ao Congresso para a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, "a inconcebível linguagem" de Delfim Netto ao atacar os que defendem a rejeição do decreto; as afirmações de um jornalista de Brasília de que o general Walter Pires acionará os Forças Armadas contra os políticos, caso o decreto seja rejeitado; e o episódio Mário Juruna. "Compete ao Poder Executivo, inclusive pelo seu porta-voz, aguardar a decisão da Câmara sobre o episódio Juruna" — disse ontem o

deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), ao protestar contra as declarações do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, de que o governo só aceita a cassação do deputado Mário Juruna.

O parlamentar pedesista lamentou a entrevista de Átila, "procurando estabelecer normas de conduta do Congresso Nacional ao examinar o comportamento de um de seus membros da tribuna". E acrescentou: "Final, os ministros não pediram a cassação, mas providências dentro da legislação vigente contra a atitude de um parlamentar".

O vice-presidente do PMDB, Teotônio Vilela, disse, por sua vez, que a ação coletiva dos ministros contra Mário Juruna "é uma ação planejada para pressionar o Poder Legislativo, com vistas à votação do Decreto-Lei nº 2.045. Lembrou o senador que outros parlamentares, até do PDS, têm feito acusações idênticas e mesmo mais graves.